

## OS PRIMEIROS ANOS DA REPÚBLICA BRASILEIRA E SUA CONTURBADA ESTABILIZAÇÃO: MILITARES, CIVIS E MONARQUISTAS.<sup>1</sup>

MOISÉS ALMEIDA

O regime republicano no Brasil foi proclamado em 1889, com a participação de um pequeno segmento da sociedade. A maioria da população esteve apática ao golpe e não aconteceram grandes manifestações pró-regime. Com a mudança ocorrida após a instalação do novo sistema político, era de se esperar um processo “revolucionário” nas estruturas vigentes do país. Porém, pouca coisa mudou.

Há quem admita que a República, em termos de mudanças sociais e econômicas, trouxe pouca ou quase nenhuma novidade. Há quem fale até em retrocesso: “*A República ou os vitoriosos da República fizeram muito pouco em termos de expansão de direitos civis e políticos. O que foi feito já era demanda do liberalismo imperial. Pode-se dizer que houve até retrocesso no que se refere a direitos sociais*”<sup>2</sup>.

Na fase conhecida como Primeira República, o cenário político foi comandado pelos que já detinham o poder econômico-agrário-industrial, principalmente aquelas oligarquias do Centro-Sul do país. Todavia, vale ressaltar, que esse poder econômico-agrário-industrial foi baseado principalmente na ideologia bacharelesca, classe essencial para sustentação do novo regime. Via de regra, os fazendeiros colocavam seus filhos nas Escolas de Direito que depois de diplomados seguiam quase sempre para a política. “*Sob a República, os profissionais liberais – advogados, jornalistas e até mesmo engenheiros e professores – estavam sujeitos aos caprichos dos representantes do poder, achando-se freqüentemente no fogo cruzado entre clãs ou facções políticas inimigas*”<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Pernambuco. Recife, 2001.

<sup>2</sup> CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 45.

<sup>3</sup> LEVINE, Robert M. **O Sertão Prometido: o massacre de Canudos**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1995. p. 179.

No interior, onde dominava a política dos coronéis, o poder também continuou nas mãos de quem controlava o latifúndio. Para Levine, “o Brasil funcionava como um ‘estado patrimonial’. As elites políticas antes e depois do regime monárquico, estavam mais preocupadas em conseguir – como forma de partilha do butim patrimonial – cargos e recompensas para si e para seus clientes”<sup>4</sup>.

Nas províncias, agora transformadas em Estados da Federação, algumas mudanças ocorreram após a Constituição de 1891: os Estados tiveram liberdade para controlar e igualar seus impostos de importação e exportação, sendo os recursos revertidos para seus próprios cofres; as representações políticas estaduais se reforçaram com as lutas pelo poder local; reorganizaram-se as forças armadas e a autonomia foi consagrada em alguns Estados onde não houve conflitos que necessitassem da intervenção federal.

Todavia, as divergências ainda continuaram quando se tratava de estabelecer um pacto entre federalismo e centralismo, idéias recentes do novo regime. O coronelismo ainda obstava essa pactuação, segundo observação de Carone: “Uma das conseqüências fundamentais do desequilíbrio entre o centralismo e o federalismo era o fenômeno do coronelismo, isto é, o desenvolvimento e autonomia de agrupamentos sociais e políticos nos estados”<sup>5</sup>.

Esclarecemos que a expressão “coronel”, segundo o autor acima citado, era apenas uma patente da guarda nacional concedida ou comprada pelos grandes fazendeiros, comerciantes e industriais locais, espalhando-se por quase todos os municípios brasileiros. Para ser coronel não era tão simples assim, pois se necessitava de tradição familiar, poder e riqueza na região. O título geralmente era passado de pai para filho e ultrapassava gerações.

O detentor desse título era temido, obedecido e seus dotes eram mais pessoais do que ideológicos. Podia ser chefe não só da sua família, mas de uma comunidade inteira de parentes ou não. De certa forma, subsistia numa cadeia de relações e subserviência econômica, política e religiosa.

“No nordeste rural, e especialmente no sertão, o coronelismo e os proprietários de terra foram responsáveis pela preservação de um sistema em que os valores patriarcais (lealdade, hospitalidade para os aliados, respeito pela autoridade) eram reforçados por fatores como a pobreza, o latifúndio monocultor, a coerção ao trabalho, o compadrio, a política de clientela e o favoritismo”<sup>6</sup>.

Para essa análise, observamos também que a afirmação de um coronel estava no período das eleições na contagem dos votos. Era através do voto, conhecido geralmente como “voto de cabresto”, que o mesmo mantinha seu prestígio entre os governantes estadual e nacional, podendo então exercer pressão para obter favores necessários à continuidade de sua atuação local: “Maior quantidade de votos significa maior poder, mais favores e maiores imposições”<sup>7</sup>.

O período governamental, também conhecido como Primeira República, também foi marcado pelo poder das oligarquias estaduais. Esta faculdade, praticada em outros

---

<sup>4</sup> Ibidem. p. 178.

<sup>5</sup> CARONE E. **A República Velha: 1. Instituições e classes sociais**. São Paulo: Difel, 1975. p. 252.

<sup>6</sup> LEVINE. op. cit. p. 179.

<sup>7</sup> CARONE. op. cit. p. 225.

momentos de nossa história, se estabilizou com a instauração da República e conseqüentemente com o sistema federalista.

Segundo Carone, podemos dividir as oligarquias em duas categorias: a dos estados mais adiantados, cujas relações de produção, grupos e exigências são mais complexos e cujos conflitos são amortecidos pelo mecanismo do partido dominante, e a dos estados menos adiantados, onde o controle do grupo familiar sobre os partidos é absoluto. Nesse caso, o partido representa a vontade particular. Em Pernambuco, por exemplo, experimentamos o poder da oligarquia de Rosa e Silva; na Bahia, a dos Vianas e em São Paulo, os Sales.

Outro fator importante na instauração do regime republicano no Brasil foi a participação do segmento militar, especialmente do exército:

“O temor de perder o monopólio da força para uma guarda cívica, arquitetada pelos defensores de um exército menor para tempos de paz, o aparecimento da guarda negra, formada por ex-escravos, os constantes conflitos com o governo, a inexistência de uma política militar que atendesse aos reclamos prioritariamente da jovem oficialidade, em momentos de rápidas transformações sociais, advindas do crescimento da economia cafeeira, do fim da escravidão e intensificação da imigração, transformaram o exército no principal elemento de desestabilização da ordem monárquica”<sup>8</sup>.

Sendo os responsáveis diretos pelo golpe, os militares, aliando-se aos civis, ocuparam pouco a pouco cargos administrativos, seja na esfera federal ou estadual. Logo, eles tornaram-se governadores, deputados e senadores, criaram clubes militares e suas idéias chegaram à opinião pública através dos jornais. Porém, essa aparente aliança, durou pouco tempo, mesmo porque as desavenças entre eles já existiam muito antes da proclamação da República.

Essas dissensões foram observadas concretamente no período dos trabalhos da constituinte republicana, no qual o apoio civil ao governo provisório militar de Deodoro foi fracionando-se. Dentro da corporação militar, sua administração também foi perdendo adeptos e seu nome cada vez mais se desgastava. Ressalta-se, contudo, que a corporação em si não perdeu a força política na época do desgaste pessoal de seu representante.

Ao chegar a época das eleições, que confirmaria ou não seu nome<sup>9</sup> como candidato, Deodoro contabilizou muitos opositores no Congresso, dentre eles Demétrio Ribeiro, deputado pelo Rio Grande do Sul e o General José Semeão<sup>10</sup>, senador por Pernambuco, além do contra-almirante Custódio de Melo, deputado pela Bahia. Esses opositores levantaram a candidatura de Prudente de Moraes para presidente e Floriano Peixoto para vice. Segundo Campos Salles, a oposição a Deodoro queria arrastar há um

---

<sup>8</sup> VILLA, Marco Antônio. **Canudos: O povo da terra**. São Paulo: Ática, 1995. p. 96.

<sup>9</sup> Os que apoiavam o Marechal Deodoro da Fonseca eram principalmente os oficiais que tinham lutado na guerra contra o Paraguai. Para esse grupo, a proclamação da República foi um ato estritamente militar. Os civis pouco ou nada influenciaram no golpe.

<sup>10</sup> “O General Semeão tão cheio de serviços à pátria não teve a fortuna de estreitar-se na vida política com brilho igual ao da sua carreira de bravo militar. Nomeado pelo governo provisório Governador de Pernambuco ao proclamar-se a República, um incidente na política local criou-lhes tais dificuldades que o seu velho camarada, o marechal Deodoro, julgou conveniente convidá-lo a deixar aquela comissão de natureza puramente política”. In SALLES, Campos. **Da propaganda à presidência**. Ed. Fac. Similar. Brasília: Senado Federal, 1998. P 37.

tempo para sua causa a representação paulista, que era uma força, e os amigos de Floriano, que eram numerosos.

Todavia a ala militar que apoiava o governo provisório de Deodoro resolveu se rebelar contra a candidatura proposta: *“No dia 24, ao chegarmos à constituinte, tivemos conhecimento dos boatos alarmantes que circulavam segundo os quais, realizada a hipótese da eleição de Prudente, uma parte considerável do exército aclamaria a ditadura de Deodoro e dispersaria a constituinte”*<sup>11</sup>. Segundo relato do próprio Prudente de Moraes, uma boa parte dos corpos da guarnição militar tomaria partido por Deodoro e o aclamaria ditador, caso fosse outro candidato triunfante na constituinte.

Nessa discussão é importante observar que no governo de Deodoro houve uma tentativa de aproximação entre civis e militares. Para tanto, um dos líderes da oposição encontrou-se com o Barão de Lucena, amigo e interlocutor do presidente. O encontro serviria para acalmar os ânimos exaltados entre os partidários do governo e a oposição. Em reunião prévia, a oposição acordou que se os governistas cedessem cargos no ministério para os republicanos históricos, os ânimos seriam arrefecidos. Todavia, na reunião entre Lucena e Prudente, o primeiro informou que o governo só dispunha de duas vagas no ministério, e preenchidas as outras que fossem aparecendo, seriam ocupadas conforme indicação do grupo oposicionista. Salles levou a proposta aos principais líderes: Francisco Glicério, Quintino Bocaiúva, Ubaldino do Amaral, Bernardino de Campos, Aristides Lobo e Prudente de Moraes. Após ouvir as considerações de cada um, ficou acertado o acordo oferecido por Lucena. Todavia, Quintino Bocaiúva, um dos chefes principais dos republicanos históricos, interveio para declarar que, sendo dissidente o voto de um chefe de uma alta autoridade<sup>12</sup>, julgava ter o acordo por não aceito. Sendo assim, o grupo resolveu não aceitar as vagas no ministério oferecidas por Lucena.

Nesse sentido, Campos Salles observou *“que para compreender bem a influência nefasta que esta resolução veio exercer sobre os destinos do país, bastará consignar que é aqui que se encontra o germe do golpe de estado, que, quarenta e oito dias depois, dissolvia o congresso legislativo da República e proclamava a ditadura”*<sup>13</sup>. Corroborando citação acima referida, Deodoro, no dia três de novembro de 1891, deu um golpe, fechou o congresso e decretou estado de sítio, a fim de neutralizar qualquer reação e tentar reformar a Constituição, no sentido de conferir mais poderes ao executivo. Seu empreendimento foi um fracasso.

Na manhã do dia vinte e três de novembro, a esquadra, revoltada sob o comando do contra-almirante Custódio de Melo, intimou o governo a depor-se. Deodoro não resistiu e passou o poder ao Marechal Floriano Peixoto, vice-presidente da República.

A situação do país não melhorou nas mãos do vice. Os conflitos continuaram, levando o grupo que apoiava o governo deodorista para a oposição. Ainda, segundo Salles, *“novos clamores levantaram-se, e eram agora vítimas do dia, como sempre, os*

<sup>11</sup> SALLES, Campos. **Da propaganda à presidência**. Ed. Fac. Similar. Brasília: Senado Federal, 1998. p. 41.

<sup>12</sup> “Quem não aceitou o acordo foi Prudente de Moraes, que não confiava na sinceridade do Barão de Lucena. Na reunião, Prudente disse autoritário e seco: Não concordo! Não concordo, sem mais explicação e vieram o golpe de Estado, a legalidade, a guerra do Rio Grande e todas as mais conseqüências, que se não mudaram o rumo dos destinos do Brasil (quem sabe lá!), ao menos retardaram o seu progresso por tempo incalculável.” BOCAIÚVA, Quintino. Entrevista publicada no Jornal Tribuna, em 04/12/1906.

<sup>13</sup> SALLES, op. cit. p. 49.

*que tomavam para si o papel de ardentes defensores do princípio federativo, protestando contra a intervenção do poder federal nos negócios dos estados”*<sup>14</sup>.

Novamente instalado o Congresso, começaram as manifestações contra o governo do vice-presidente. No interior daquela casa e fora dela, os partidários que apoiavam a administração anterior foram, pouco a pouco, desenvolvendo uma atuação mais agressiva. Não tardou para que Floriano apresentasse a receita para seus oponentes: *“Personalidade de aço, de quebrar mas não torcer, Floriano levava para o governo a idéia fixa da consolidação da República e para fazer valer esta legalidade nenhum processo lhe parece impróprio: é a força bruta, o pau, a pancadaria grossa e sem rebuços”*<sup>15</sup>.

A primeira manifestação mais séria contra o governo florianista foi o acontecimento da Fortaleza de Santa Cruz, onde um sargento sublevou as forças da guarnição, soltou os presos e submeteu-os ao seu comando depois de haver efetuado a prisão de alguns oficiais. Na manhã do dia dezenove de janeiro, a população da capital acordou com o barulho dos canhões. Porém, em poucos dias a revolta foi dominada, mas ficou a crença de que ela não era objeto de um simples sargento da guarnição. Havia por trás elementos políticos e militares de alta patente que eram contra o governo.

O relatório da sindicância expôs as desconfiças da União:

*“(...) Atesta o chefe dos revoltosos de Santa Cruz, atestam numerosas testemunhas dignas de fé, tiradas de diversas classes sociais, civis e militares, que, em sucessivas reuniões secretas, celebradas em pontos diversos desta capital e as quais assistiam, em perfeita comunhão política, militares de elevada patente e membros das duas casas do congresso nacional, se havia deliberado levar efeito a deposição do Marechal Floriano Peixoto, ora empossado na presidência da República, na sua qualidade de vice-presidente. (...) Triunfante a revolução, o governo da República seria entregue à ditadura do Marechal Deodoro, que, após algum tempo, o passaria a uma junta governativa”*<sup>16</sup>.

Outros movimentos contra o governo do Marechal foram surgindo e nas listas dos encabeçadores estavam aqueles que participaram do suposto golpe da Fortaleza de Santa Cruz. Salles comentou em seu livro que um dos nomes mais apontados nos movimentos contra-revolucionários ao governo de Floriano era o do almirante Wandenkolk, candidato a vice-presidente, derrotado nas últimas eleições, na chapa de Deodoro. Salles trocou correspondências e realizou algumas entrevistas com o almirante, na tentativa de demovê-lo da idéia de dar um golpe no governo constituído. O paulista revelou que no contato estabelecido, Wandenkolk afirmou, que, em face da Constituição, era ilegítimo o exercício efetivo das funções de governo pelo vice-presidente, tornando-se, portanto, indispensável a imediata promoção da eleição presidencial, que, caso não ocorresse, seu grupo continuaria a agir.

Para resolver o impasse da realização das eleições, conforme estabelecia Artigo da Constituição, várias reuniões foram realizadas com os grupos da situação e oposição. Ficou decidido realizar o pleito e Custódio de Melo, interlocutor de Floriano, se encarregou de comunicá-lo da decisão. O presidente optou por não convocar as

<sup>14</sup> SALLES, op. cit. p. 53.

<sup>15</sup> PORTO, Costa. **Os tempos de Rosa e Silva**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1970. p. 35.

<sup>16</sup> In: SALLES, op. cit. p. 55.

eleições, indo de encontro ao Artigo 42 da Constituição em vigor permanecendo no poder até novembro de 1894.

Contra a decisão de Floriano, treze oficiais lançaram um manifesto em abril de 1892, exigindo a imediata realização das eleições presidenciais, como mandava a carta magna. A reação do Marechal foi simples: reformou os oficiais e os afastou da ativa.

As divergências não ficaram por aí. O próprio almirante Custódio de Melo, pretense candidato à presidência da República, liderou uma revolta da armada em setembro de 1893, que foi sufocada posteriormente pelo presidente. Antes, uma outra revolta mais sangrenta e duradoura, conhecida como federalista, eclodiu no sul do país. As duas revoltas, além de outras coisas, serviram para estabelecer um paradigma quanto à personalidade de Floriano, que ficou conhecido como o “Marechal de Ferro”, característica lembrada por um grupo de prosélitos todas as vezes que seu afã era citado ou criticado.

Antes desses eventos acima citados, vale a pena destacar a importância da organização dos partidários do regime decaído nos primeiros anos da República brasileira. Uma leitura atenta dos eventos ocorridos revelará que a queda de D. Pedro II não banuiu do Brasil a ideologia monarquista. Então vejamos:

### **O regime republicano e os conspiradores monarquistas**

As primeiras administrações do novo regime também tiveram que enfrentar como opositores os partidários do sistema anterior. Com a proclamação da República em 1889, de imediato foi impossível uma reação monárquica, pois o rápido embarque da família Real para a Europa pegou de surpresa os defensores da monarquia. O próprio D. Pedro II submeteu-se ao golpe e não expressou qualquer reação contrária.

Todavia, mesmo a imprensa noticiando que a mudança do regime teria sido tranqüila, alguns incidentes ocorreram no Maranhão, na Bahia e em Santa Catarina. Em Desterro, o 25º Batalhão de Infantaria se rebelou e lutou contra o Clube Republicano, tendo havido mortes nos dois lados. No Maranhão, o alvo foi a população civil, que, descontente com a instalação do novo regime, fez protesto e houve muita pancadaria. Os protestos seguiram-se isoladamente por alguns recantos do país.

Passados os instantes nervosos da substituição de um regime por outro, houve uma avalanche de adesões de muitos parlamentares monarquistas à República. Os que não aderiram acreditavam que com a instalação e promulgação da Constituinte houvesse algum artigo que previsse a consulta popular sob o regime a ser instalado. Todavia, não houve brecha para plebiscito na nova Carta.

Os descontentes e correligionários da Monarquia resolveram se pronunciar através do jornal “Tribuna Liberal”, que fazia oposição ao governo, de propriedade do Visconde de Ouro Preto. Quem assumiu a tarefa de criticar a política deodorista provisória foram os jornalistas Carlos Laet e Antônio de Medeiros.

Todavia, o governo provisório de imediato tomou providência em relação àqueles que mantinham simpatia com o antigo regime: *“Afastou detentores de cargos vitalícios; manteve sob constante vigilância políticos e jornalistas; violou*

*correspondências; aprisionou homens de prestígio; agindo, enfim, de maneira a intimidar qualquer contestação*”<sup>17</sup>.

Contudo, as contestações não tardaram a aparecer. No dia dezoito de dezembro de 1889, um movimento sedicioso no 2º Regimento de Artilharia de São Cristóvão, no Rio de Janeiro, fez com que o exército agisse prontamente, debelando o evento em menos de vinte e quatro horas. O chefe da polícia da capital, Sampaio Ferraz, responsabilizou políticos monarquistas pela sedição. Por conta das perseguições exercidas a partir desse movimento, foram banidos do país Afonso Celso de Assis Figueiredo e Silveira Martins.

Além do banimento desse dois monarquistas, as medidas foram acompanhadas da aplicação de censura à imprensa e da criação, em vinte e três de dezembro, de um Tribunal Excepcional Militar que julgaria todas as questões politicamente lesivas ao governo. Decretou-se que escritos de cunho sedicioso acarretariam para seus autores as penas imputadas a uma sedição militar<sup>18</sup>. A Lei restringiu a liberdade de imprensa e inviabilizou por completo a oposição do jornal “Tribuna Liberal” que parou de circular no dia vinte e cinco de dezembro.

O Governo Provisório foi sendo pouco a pouco desacreditado pela oposição devido a transações de cargos públicos, preterição por militares nas administrações estaduais, oportunismo e indisciplinas de militares. Essas insatisfações alentaram as esperanças de Joaquim Nabuco e Eduardo Prado, partidários da monarquia, que não perderam tempo em preparar a volta do regime anterior. Ouro Preto, animado com as divergências no Governo Provisório, resolveu reabrir o jornal “Tribuna Liberal”, mas encontrou resistência no antigo colaborador Carlos Laet, que temia uma possível neutralidade do periódico, devido ao Decreto que proibia a liberdade de pensamento. Segundo Janotti, *‘não deixava de ter razão Laet. Várias pessoas achavam-se presas, sob acusação de conspiração e mesmo a chegada de Antônio de Medeiros da Europa havia sido cercada de suspeição pela polícia, que acreditava estar ele trazendo planos sediciosos, tramados por Ouro Preto’*<sup>19</sup>. Não tendo outra alternativa, Ouro Preto entregou a tarefa para Antônio de Medeiros que reabriu aquela folha em julho de 1890 com o nome de “A Tribuna”.

Recordemos, também, que um dos maiores críticos da República foi Eduardo Prado<sup>20</sup>, que desde julho de 1889 escrevia artigos sobre o Brasil sob o pseudônimo de Fredericos na “Revista de Portugal”, dirigida por Eça de Queiroz. Com a instalação do Novo Regime, Prado passara a escrever contra seus pressupostos, afirmando *‘que a República tinha destruído em dois meses o respeito que o país tinha no exterior construído pelo Império’*<sup>21</sup>. O monarquista mantinha laços de amizade com o Visconde de Ouro Preto, Carlos Afonso e a própria família imperial, tornando-se um dos mais proeminentes intelectuais do grupo, juntamente com Carlos Laet, Antônio Medeiros, Sant’ana Nery e André Rebouças. Para Janotti, *‘as idéias de Eduardo Prado serviram*

<sup>17</sup> JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **Os subversivos da República**. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 21.

<sup>18</sup> Este decreto só foi revogado no dia 19 de novembro de 1890.

<sup>19</sup> JANOTTI. op. cit. p. 26.

<sup>20</sup> Eduardo Paulo da Silva Prado nasceu em São Paulo em 1860 e bacharelou-se em Direito pela Faculdade de seu Estado natal em 1881. Durante sua vida, estudou os problemas históricos e políticos do Brasil, cujo passado conheceu profundamente. Monarquista convicto, arrostou a hostilidade do Governo Provisório escrevendo contra as instituições implantadas e exilando-se durante alguns anos na Europa de onde enviava artigos com críticas ao regime. Em 1893 lançou um ensaio titulado “A ilusão americana”, logo apreendido pela polícia. Prado era um dos principais propagandistas das idéias monárquicas no Brasil.

<sup>21</sup> PRADO, Eduardo. In: JANOTTI. op. cit. p. 30.

*como uma plataforma da base ideológica do grupo em formação, conseguindo denunciar escândalos sobre os membros do governo, militares, banqueiros e comerciantes, e, também comprovar com fatos as violações das liberdades públicas e privadas*<sup>22</sup>. Segundo a autora, seus artigos constituíram-se em uma sistematização do discurso monarquista naquele primeiro momento.

Enquanto isso, os jornais que publicavam idéias monarquistas continuaram inserindo em suas colunas as divergências entre os grupos militares, positivistas e civis, rivalidades nas forças armadas e, sobretudo, os atos ministeriais e as desordens promovidas pelos batalhões da capital.

Eduardo Prado continuou suas invectivas contra Deodoro, acusando-o de ambicioso e inepto, além de não parar de denunciar o exército e atacar o jacobinismo. Por conta dessas críticas, o jornal “A Tribuna” e seu diretor Antônio de Medeiros estiveram constantemente ameaçados. Com a continuação dos comentários sobre Deodoro, o jornal foi empastelado no dia vinte e nove de novembro de 1890, tendo ocorrido, no ato, o ferimento de vários funcionários e a morte de João Ferreira Romariz, revisor daquela folha.

Outro crítico do governo de Deodoro foi o Conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira, que, segundo Janotti, era quem mais acreditava na possibilidade de uma restauração no país. Lafayette, juntamente com o Conde D’Eu, promoveram na França uma reunião dos exilados com o objetivo de organizar uma ação restauradora. Foi o próprio Lafayette que convidou Saldanha da Gama para chefiar um golpe contra o governo. O objetivo dos restauradores não passou de mera intenção e seus signatários tiveram que continuar planejando.

Mais tarde, à época do governo constitucional de Deodoro, Lafayette, em carta à mulher de Gaspar Silveira Martins, voltou a aventar a possibilidade de um movimento restaurador, a começar pela Bahia, já que oferecia maior segurança como pólo centralizador do norte do país. Mais uma vez, o objetivo ficou apenas na intenção.

Enquanto isso, crescia a oposição ao regime divulgada pelas novas folhas de orientação monárquica: “O Tribuna”, em Recife; “Democracia”, em São Paulo e “O Brasil”, no Rio de Janeiro. Ainda em 1891, surgiu no Rio o “Jornal do Brasil” sob a direção de Rodolfo Dantas, Henrique Villeneuve e Sancho Barros Pimentel, tendo como correspondente o célebre Joaquim Nabuco. Para Janotti, Nabuco, devido ao nome que granjeara na campanha abolicionista, era visto pelos monarquistas como uma das personalidades mais desejadas para integrar o grupo político que ia se formando.

As esperanças da restauração eram, vez em quando, reavivadas quando alguma crise eclodia no país. Foi assim quando Deodoro fechou o Congresso no final de 1891: os monarquistas fizeram embarcar numa fragata austríaca o príncipe D. Augusto que passava pela Bahia e Rio com destino ao Prata, onde ficaria à espera do desenrolar dos acontecimentos. Porém, ao chegar na Capital, em vinte e três de novembro, foi impedido de desembarcar e retornou à Europa, ficando, assim, frustrados os planos dos restauradores.

Outro momento de agitação pró-regime monárquico foi quando D. Pedro II faleceu. O Imperador morreu no dia cinco de dezembro de 1891, quando já estava no poder Floriano Peixoto. No momento em que a notícia de sua morte chegou, por todo o país “surgiram dissensões em torno dos pronunciamentos que se fizeram quer a favor

---

<sup>22</sup> JANOTTI. op. cit. p. 34.



*quer contra o ex-monarca. Um grande número de casas de comércio fechou suas portas e muitas associações, tanto brasileiras quanto e sobretudo estrangeiras baixaram suas bandeiras a meio pau em sinal de luto*<sup>23</sup>. A morte de D. Pedro trouxe à memória de alguns segmentos da sociedade o sentimento monárquico que ainda existia. Foram realizadas missas de norte a sul do país enaltecendo o Imperador e a Monarquia. Os jornais “O Brasil” e “Jornal do Brasil” também escreveram artigos na mesma ordem, sendo então perseguidos pelos batalhões patrióticos, clubes de jacobinos e clube militar, que não aceitavam a propaganda restauradora de ocasião.

Todavia, os monarquistas pressentiram que o momento era de sensibilizar a opinião pública nacional e internacional para uma possível volta ao regime imperial. Não perderam a oportunidade e realizaram reuniões, sendo algumas delas desbaratadas, terminando com a prisão de vários líderes. Novamente os planos ficaram só na intenção.

No início do governo de Floriano, os monarquistas ainda acreditavam numa possibilidade de retorno ao poder, pois para eles o regime republicano ainda não estava consolidado. Com muita insistência, o grupo conseguiu que a Princesa Isabel fizesse um tímido pronunciamento, *“no qual dizia ter abdicado dos seus direitos e que sempre estaria pronta para retornar ao Brasil, caso houvesse consenso de toda a nação a esse respeito”*<sup>24</sup>. Mas, segundo registro de Janotti, como a maioria monarquista considerasse impossível um reinado da princesa, vários foram os nomes cogitados para assumir o cargo: Silveira Martins era o primeiro da lista, seguido de Saldanha da Gama e Paulino José Soares de Souza. Todavia, não havia consenso sobre qual era o perfil mais indicado.

Quanto à possibilidade de uma conspiração contra o governo de Floriano, segundo a autora, *“mais forte que a ação monarquista, foi o receio que dela se tinha e, em nome dele, eram justificados os atos de violência que consolidavam o novo regime”*<sup>25</sup>. Nem mesmo seus líderes tinham base coesa para tal movimento.

Em maio de 1892, o Barão de Ladário e Carlos Laet travaram intensa polêmica na imprensa carioca, afetando o sistema de aliança das principais lideranças. O problema foi ocasionado quando o Barão de Ladário passou a apoiar o novo regime e Laet, não aceitando a dissensão, criticou-o veementemente. A decisão do Barão pode ter alimentado a possibilidade de enfraquecimento do grupo. Por causa disso, as lideranças do Norte lançaram em Belém, no dia treze de maio de 1892, o *“Manifesto Monarquista do Pará”*, no qual confirmavam suas pretensões restauradoras, afirmando que o momento estava próximo e que *“o patriotismo ainda não estava banido da terra de Santa Cruz”*. O manifesto provocou ainda mais a ira dos republicanos, que percebiam no documento a possibilidade de haver conspirações contra o regime.

Este fato colaborou para o surgimento de “O Protesto”, em vinte e nove de julho de 1892, mais uma folha monarquista que iria lutar para a restauração do regime deposto.

Os partidários da restauração aproveitaram alguns eventos ocorridos nos primeiros anos da República para tentar deflagrar seu movimento. Analisaremos três eventos que marcaram a ação dos monarquistas nos primeiros anos da república: A revolta federalista, o primeiro governo civil e a organização partidária.

---

<sup>23</sup> Ibidem. p. 50.

<sup>24</sup> Ibidem. p. 52.

<sup>25</sup> Ibidem. p. 56.

### a) A revolta federalista

Em Fevereiro de 1893, Gumercindo Saraiva invadiu o Rio Grande do Sul, começando então a Revolução Federalista. Passados alguns dias, o grupo monarquista, entendendo que poderia tirar proveito daquele evento, resolveu apoiá-lo. O Marquês de Tamandaré realizou várias subscrições em benefício dos combatentes federalistas feridos nos embates. Tendo se alastrado a notícia da subscrição em favor de Gaspar Martins - um dos líderes da Revolução -, o clube de jacobinos revoltou-se, passando a acusar o movimento de restaurador, fazendo com que os próprios líderes revolucionários lançassem um manifesto afirmando o contrário.

Contudo, segundo Janotti, os monarquistas realmente tinham interesse nos conflitos que ameaçavam o poder de Floriano:

“Os monarquistas tentavam de todas as maneiras um acordo com Silveira Martins, aparentemente sem sucesso, quando irrompeu a Revolta Armada: Custódio de Melo se rebelava contra o governo que havia servido. Contrariado pelo veto do presidente ao projeto de inelegibilidade e sentindo-se lesado em suas pretensões políticas, ele liderava uma rebelião da Marinha, em nome da defesa da Constituição: ‘Contra a Constituição e contra a integridade da nação o chefe do executivo mobilizou o exército nacional discricionariamente, pô-lo em pé de guerra e despejou-o nos infelizes Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul’. Declarações deste tipo vinham ao encontro aos interesses dos monarquistas, que nutriam a esperança de que uma intervenção da Marinha seria decisiva para a vitória sul-rio-grandense”<sup>26</sup>.

A crise na Capital e na região do Prata levou alguns articulistas da França e da Inglaterra a afirmarem que o Brasil necessitava de um governo forte, que estabilizasse sua situação caótica e que, principalmente, cumprisse com seus compromissos internacionais, ou seja, o pagamento da dívida externa. Para os jornais estrangeiros, só a restauração monárquica poderia trazer esta estabilidade. Grande alento aos planos restauradores.

No Brasil, internamente, cresceram as oposições a Floriano Peixoto e, para conter as críticas ao seu governo, foi decretada nova lei de censura e muitos jornais foram fechados, inclusive alguns de orientação monarquista. Por sua vez, os jacobinos, partidários do Marechal, *“excediam-se na linguagem desabrida dos artigos, no ódio aos portugueses, nas passeatas dos batalhões patrióticos. Formavam grupos de civis e militares, oriundos das camadas médias urbanas, ligados a membros do Congresso e da cúpula do exército e vinham desde o governo de Deodoro assumindo papel de destaque na esfera política.”*<sup>27</sup>. Por conta dessas manifestações, o movimento restaurador retraiu-se para tão logo voltar à cena.

O grupo que ainda mantinha esperanças em restaurar a Monarquia recebeu uma adesão importante no período da Revolta da Armada. Saldanha da Gama lançou no Rio de Janeiro, no dia nove de dezembro um manifesto afirmando que lutaria com todas as armas para *“repor o governo do Brasil onde estava a 15 de novembro, quando num momento de surpresa e estupefação nacional ele foi conquistado por uma sedição*

---

<sup>26</sup> Ibidem. p. 68.

<sup>27</sup> Ibidem. p. 70.

*militar*”<sup>28</sup>. Mais uma vez repetiram-se os protestos contra os monarquistas, principalmente quando os revoltosos derrotados no Rio se uniram aos federalistas no sul. O apoio de Saldanha da Gama à Revolta Federalista só fez aumentar os boatos e suspeições quanto ao seu caráter restaurador. Em parte, as suspeições eram verdadeiras, pois foram trocadas várias correspondências entre Silveira Martins e Saldanha da Gama, este último pedindo que Silveira autorizasse Eduardo Prado a representá-lo junto aos banqueiros alemães como plenipotenciário da Revolução<sup>29</sup>.

Por muitas vezes, os monarquistas tentaram arrancar da Princesa Isabel um pronunciamento sobre a possibilidade do seu retorno ao país. Sua posição, contudo, era de esperar por um chamado da população em tempo de paz. Em 1894, mais uma vez a Princesa foi assediada e novamente não atendeu ao apelo dos restauradores.

Para Janotti, a revolução do sul tinha galvanizado os monarquistas, mas a atitude geral havia sido de apoio passivo. Para ela, poucos foram aqueles que se dispuseram a lutar ou enviar auxílios: *“Havia clima para que a facção monarquista atuasse mais conseqüentemente, só não o conseguindo pela ausência de um pretendente ao trono que realmente participasse de forma decisiva da contenda, e pelo fato de a repressão florianista afastar os temerosos”*<sup>30</sup>.

A autora afirmou, ainda, que quando havia liberdade de imprensa, os monarquistas atuaram com todo rigor, descobrindo as mazelas da ditadura militar, denunciando o jacobinismo e os desvios do governo dos preceitos constitucionais. Quando foi decretado o estado de sítio e a lei da mordaça à imprensa, os monarquistas perderam seu canal de comunicação com o público.

#### b) O primeiro governo civil

Terminado o governo de Floriano Peixoto, estabeleceu-se no país o primeiro governo civil da República, com a eleição do paulista Prudente de Moraes. A tática dos restauradores modificou-se, porquanto quase todos seus argumentos tinham se consubstanciado na ditadura militar do governo anterior que não respeitava os preceitos constitucionais.

Com os planos modificados, a oposição dos monarquistas ao governo civil girava em torno das especulações financeiras, desvalorização dos títulos do Brasil no estrangeiro, emissão de títulos bancários e baixa do câmbio. Porém, continuaram as suspeitas do envolvimento dos monarquistas com os revoltosos do sul, tendo o próprio Prudente de Moraes desconfiado das ações dos restauradores<sup>31</sup>.

O Presidente, enfrentou várias ações do seu principal grupo opositor, os jacobinos, principalmente quando ocorreu a anistia aos revoltosos do sul. Prudente, desconfiado que aquele movimento recebia apoio dos monarquistas, foi acusado pelos jacobinos de compactuar com os mesmos. Por sua vez, os monarquistas aproveitaram a

---

<sup>28</sup> CARONE. op. cit. p. 121.

<sup>29</sup> MOURA, João Dunshee Abranches. **A Revolta Armada e a Revolução Rio-Grandense: Correspondências entre Saldanha da Gama e Silveira Martins**. Rio de Janeiro: S.C.E., 1955. p. 26.

<sup>30</sup> JANOTTI. op. cit. p. 76.

<sup>31</sup> “Essa revolta que foi o mais violento abalo de que se podia ressentir o regime proclamado a 15 de novembro de 1889, iniciada sob o pretexto de defender a Constituição da República e de libertar a Pátria do jugo de uma suposta ditadura militar, reuniu, sob a sua bandeira, todos os elementos adversos à ordem e à paz pública, concluindo por caracterizar-se em um movimento formidável de ataque às instituições nacionais, arvorando o estandarte da restauração monárquica”. Mensagem à Nação em 15/11/1894.

ocasião para publicar diversos artigos em jornais, explorando a possibilidade de cisões dentro do exército e provocando com isso, ainda mais, a ira dos jacobinos.

Uma onda de boatos surgiu dando conta de uma grande conspiração monarquista, começando pelo Rio de Janeiro e se espalhando por Santa Catarina e Paraná. Para Janotti, *“esses boatos fantasiosos incentivaram tanto os ataques à fraqueza do governo quanto alimentavam, nos próprios monarquistas, a ilusão do seu prestígio pela reação que despertavam. As notícias emprestavam importância aos restauradores, fazendo-os sentirem-se ainda com considerável peso político, não obstante sua incipiente organização”*<sup>32</sup>.

As crises e divergências no governo davam possibilidade para que os monarquistas relembassem os momentos do regime decaído. Neste sentido, aproveitaram-se do dia treze de maio e publicaram vários artigos, saudando o Império e a Princesa Isabel. É bom lembrar que nesse mês vários monarquistas aumentaram sua colaboração na imprensa, depois de retornarem da Europa para o Brasil.

A discórdia com os jacobinos aumentou naquele ano, principalmente quando, em vinte e quatro de junho, morreu Saldanha da Gama, *“grande herói do panteão monarquista, lembrado sempre posteriormente nas mais diferentes publicações”*<sup>33</sup>. Muitos foram os intelectuais e jornalistas que escreveram artigos exaltando-o em detrimento do Marechal de Ferro, o que irritava os “radicais da República”. Porém, os monarquistas não se intimidaram e iniciaram um movimento político partidário.

### c) Organização partidária

A política conciliatória de Prudente de Moraes injetou ânimo nos monarquistas, que resolveram organizar novos quadros e fundar um partido que congregasse suas idéias. O porta-voz dessas idéias foi o jornal “Comércio de São Paulo”, que, sob a direção de Eduardo Prado, esteve na dianteira de suas ideologias.

Em quinze de novembro de 1895, foi fundado então o Partido Monarquista de São Paulo, tendo à frente o próprio Eduardo Prado, João Mendes de Almeida, os Souza Queiroz e os Paula Souza.

A primeira reunião do partido foi a três de dezembro daquele ano com o objetivo de organizar o diretório e questões internas do grupo. O diretório do partido enviou uma circular aos correligionários do interior, aventando a possibilidade de colaboração com o governo civil republicano. A proposta já estava sendo experimentada na prática com o abrandamento das críticas ao governo de Prudente. Para Janotti, essa tática visava afastar o juízo que haviam granjeado de somente criticar destrutivamente o regime e gozar de liberdade para combater seu principal inimigo, o jacobinismo.

A iniciativa dos monarquistas de São Paulo promoveu entusiasmo em outros monarquistas de vários pontos do país. No Rio de Janeiro, João Alfredo, Joaquim Nabuco, Carlos Laet, Lafayette Rodrigues e Afonso Celso congratularam-se em carta com o Diretório paulista e também lançaram seu manifesto no dia doze de janeiro de 1896. Seguindo o exemplo de São Paulo, fundaram um periódico para exposição de suas idéias. O jornal “Liberdade” tinha como redator-chefe Carlos Laet e pretendia ser *“uma folha acima de mesquinhas disputas e de ataques pessoais”*. É bom salientar que

---

<sup>32</sup> JANOTTI. op. cit. 90.

<sup>33</sup> Ibidem. p. 91.

neste ano ainda circularam no Rio os jornais: O Libertador, Gazeta da Tarde, Império e Apóstolo, todos de orientação monarquista.

Em São Paulo surgiu o Centro de Estudantes Monarquistas, cujo principal núcleo de associados pertencia à Faculdade de Direito. O grupo lançou um jornal “Autoridade” que reproduzia artigos de monarquistas de todos os pontos do país.

Foi esse jornal que na época da crise dos “protocolos italianos”<sup>34</sup> publicou um artigo em que acusava o regime de sofrer a pior humilhação dos últimos tempos, tendo como única saída para o problema a volta do Império ao Brasil. Os jacobinos não perderam tempo e solicitaram a atenção das forças armadas para que barrassem uma possível conflagração restauracionista. Diversos meetings foram realizados em frente às redações de jornais monarquistas, aumentando as tensões já acumuladas durante anos.

O governo de São Paulo, temendo maiores problemas, mandou a polícia fechar, no dia trinta de outubro, o Centro Monarquista e o Centro de Estudantes Monarquistas e no dia vinte e um dissolveu uma reunião política do grupo paulista na casa de Augusto Queiroz. Em São Paulo começava então a perseguição aos restauradores, no mesmo momento em que no sertão da Bahia os conselheiristas enfrentariam sua primeira batalha em Uauá, começando então o primeiro conflito civil do período republicano: A Guerra de Canudos.

Muitos segmentos da sociedade, temendo um possível movimento restaurador, pronunciaram-se, solicitando providências contra os articuladores da volta ao poder da Monarquia. Jornais como O País, O Jacobino, Correio Paulistano e o Estado de São Paulo faziam o mesmo coro, acusando os monarquistas de agravar as crises e impedir o desenvolvimento do país.

As providências tomadas em São Paulo foram de iniciativa do então governador Campos Salles, que foi felicitado por senadores, deputados, chefes políticos, entre outros, por causa do fechamento dos centros de monarquistas e a invasão e dissolução de uma reunião na casa de Augusto Queiroz.

Salles agiu dessa maneira porque considerava o centro monarquista uma associação cujo intuito era promover a restauração da monarquia. A ação foi alvo de protestos pelos monarquistas e um dos seus representantes, João Mendes de Almeida, requereu habeas-corpus em favor dos centros que foram fechados. O Tribunal de Justiça do Estado não tomou conhecimento do requerimento e o caso foi parar no Supremo Tribunal Federal.

Para Janotti, “os monarquistas agitaram uma questão de enorme importância nos meios judiciários. Pela primeira vez, na República, deveria se julgar um atentado ao direito de liberdade de expressão e reunião, assegurado pela constituição onde era acusado um governo estadual”<sup>35</sup>. O Supremo Tribunal reuniu-se no dia quatorze de novembro de 1896 para analisar o caso, tendo como relator do recurso o juiz Lúcio de Mendonça, sendo acompanhado pelo advogado de defesa, Visconde de Ouro Preto. Para o relator, o princípio de habeas-corpus só se aplicava a pessoas e não a instituições, e

---

<sup>34</sup> O incidente conhecido como “*protocolos italianos*”, começou quando o governo daquele país resolveu solicitar compensações por danos causados a súditos seus durante a Revolução Federalista e outros movimentos armados. O Brasil solicitou ajuda dos Estados Unidos para mediar a questão e os protocolos foram assinados em dezembro de 1895 e fevereiro de 1896, autorizando abertura de crédito para pagamento das indenizações.

<sup>35</sup> JANOTTI. op. cit. p. 128.

os requerentes, “criminosos”, estavam pedindo liberdade para conspirar contra o regime. O recurso foi indeferido e os monarquistas perderam a batalha.

Todavia, novo habeas-corpus foi solicitado no Tribunal de São Paulo. Eduardo Prado e Augusto de Queiroz, que haviam sido impedidos de se reunir, solicitaram plena liberdade de reunião. O pedido foi indeferido no dia dezesseis de janeiro de 1897 por não considerar um caso de reintegração de liberdade física ao qual se restringia o princípio de habeas-corpus, e, ainda, considerava legal a atitude do chefe de polícia. Mais uma vez o caso foi parar no Supremo Tribunal Federal, tendo o julgamento ocorrido no dia vinte e três de janeiro daquele ano, com a participação do Visconde de Ouro Preto e Andrade Figueira, advogados de defesa dos monarquistas. Os advogados solicitaram ao S.T.F. que mantivessem o exercício de reunião e de livre manifestação do pensamento, sem dependência de prévia licença de autoridade. O resultado final da votação do pedido favoreceu os plenipotenciários do regime republicano e agradou principalmente os jacobinos, que viam no acórdão um documento de combate a qualquer ação dos monarquistas.

Para continuar opinando sobre os principais acontecimentos nacionais e principalmente sobre os últimos eventos, os monarquistas ainda mantinham naquele ano, em São Paulo, o jornal “O Comércio de São Paulo” e no Rio, os jornais “Liberdade”, “O Apóstolo” e a “Gazeta da Tarde”. Os jornais do Rio aproveitaram a ocasião da negação do habeas-corpus para criticar o governo de Manoel Vitorino. Por sua vez, denúncias veiculadas no jornal “O País” afirmavam que seu concorrente “Liberdade” armazenava armas para um possível levante, planejado por um comitê em Paris, o qual distribuíra armas para todos os grupos monarquistas espalhados nos diferentes estados.

Os jacobinos, considerados “defensores puros” do regime, aproveitaram a denúncia para uma invasão aos prédios onde funcionavam a “Gazeta”, “O Apóstolo” e “Liberdade”, quebrando seus bens e disparando tiros. Os ânimos acirraram-se mais ainda quando os jornais “O País” e “A República” iniciaram uma série de acusações contra os monarquistas, afirmando que os mesmos estavam fornecendo armas para os conselheiristas na Bahia. Por sua vez, os jornais monarquistas faziam pouco caso das denúncias e criticavam a desorganização e incompetência das forças armadas, além de desmoralizar o governo de São Paulo por algumas questões locais.

As trocas de acusações continuaram durante o governo de Prudente de Moraes, mas não foram suficientes para uma restauração ou até mesmo uma expulsão da ideologia monarquista no País. Os partidários do antigo regime continuaram se organizando até a segunda década do século XX, onde foram vencidos pela ideologia republicana.

Portanto, não foram de estabilidade os primeiros anos da República brasileira. Os governos civis posteriores também atestaram esta fase de consolidação. Apesar de darem a tônica das primeiras administrações, os militares implantaram a forma ditatorial de governar após o período imperial. De lá para cá já experimentamos outros momentos de exceção, característica singular da proclamação e da consolidação da República Brasileira.

**Universidade de Pernambuco,  
Brasil**